



**PSOL NA
CÂMARA**

Bancada do PSOL:

**linha de frente
contra o fascismo**

2019 – 2022

**Áurea
Carolina**
Minas Gerais



**Glauber
Braga**
Rio de
Janeiro



**Luiza
Erundina**
São Paulo



**Talíria
Petrone**
Rio de
Janeiro



**Fernanda
Melchionna**
Rio Grande
do Sul



**Ivan
Valente**
São Paulo



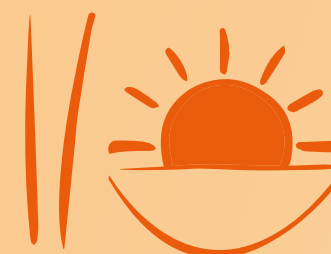
**Sâmia
Bomfim**
São
Paulo



**Vivi
Reis**
Pará



**Edmilson
Rodrigues**
Pará 2019-2020



**PSOL NA
CÂMARA**

**Bancada
do PSOL:**
**linha de frente
contra o fascismo**
2019 - 2022

Sumário

Expediente

Autores:

Camila De Caso
Carla Guareschi
David Deccache
Denis Urazato Pereira
Diego Scardone
Hélio Rodrigues
Kathleen Magina
Letícia Camargo
Lucas Ycard Marubo
Madu Krasny
Patrícia Isabel Silva
Pedro Amaral
Pedro Charbel
Roberto Dantas
Talita Victor

Revisão:

Carla Guareschi
Fernanda Chaves
Flávio Elias
Giulia Tadini
Madu Krasny
Mariane Andrade
Sandro Lobo

Fotos:

Bruna Menezes /
PSOL na Câmara

Exceto:
Direito à Moradia: Cleuton Mendonça /
Campanha Despejo Zero (despejo)
O PSOL como Voz Ativa no Cenário Internacional:
Ascom Mandatos Fernanda Melchionna e Vivi Reis



**PSOL NA
CÂMARA**

Liderança do PSOL
Câmara dos Deputados
Anexo II, Piso Superior, Ala C, Sala 116
61- 3215 9836

lid.psol@camara.leg.br
www.psolnacamara.org.br



NAVAR
Cristhian NavVar Lira
navvar.design@gmail.com

Apresentação	8
Combate ao Governo Bolsonaro	10
Mulheres do PSOL em Defesa da Vida	12
Saúde e Pandemia	16
PSOL na Luta Contra o Orçamento Secreto e Teto de Gastos	18
A Luta Contra a Agenda Neoliberal de Privatizações e Reformas da Previdência e Administrativa	22
Dignidade e Renda	26
Meio Ambiente e Pauta Indígena: Menos Transparência, Mais Truculência e Desregulação	28
Direito à Moradia	32
“Revogação” para Conter Escalada Armamentista de Bolsonaro e Luta Antirracista Contra o Genocídio da População Negra	34
A Luta Contra um Governo que Realizava um Desmonte na Educação Pública	38
O PSOL como Voz Ativa no Cenário Internacional	42
Eventos, Seminários e Sessões Solenes	46
A atuação parlamentar da bancada do PSOL na 56ª Legislatura em números	50



Sâmia Bomfim
Líder do PSOL na
Câmara dos Deputados

No Parlamento, é inegável que o governo genocida de Bolsonaro encontrou nas deputadas e deputados do PSOL a sua principal oposição, sempre combativa e mobilizada para não deixar passar nenhum ataque ao povo.

Durante os últimos quatro anos, atravessamos um verdadeiro pesadelo no Brasil. Jair Bolsonaro, o pior presidente do país desde a redemocratização, promoveu inúmeros ataques aos direitos do povo trabalhador, desprezou a ciência e a saúde pública, levou a educação para o buraco, promoveu a destruição generalizada das nossas florestas, armou a população e traduziu todo seu racismo, misoginia e LGBTQIA+fobia em ataques aos nossos direitos e nossas vidas.

Bolsonaro e seus seguidores encontraram resistência nas ruas com o povo mobilizado contra seus desmandos. No Parlamento, é inegável que o governo genocida de Bolsonaro encontrou nas deputadas e deputados do PSOL a sua principal oposição, sempre combativa e mobilizada para não deixar passar nenhum ataque ao povo. Este material de balanço pretende reunir as principais lutas travadas pela nossa bancada durante o governo Bolsonaro e as inúmeras iniciativas e propostas que apresentamos para fazer ecoar dentro Legislativo a voz do povo.

Nossas deputadas e deputados foram firmes contra as investidas autoritárias e golpistas do atual chefe do Executivo. Fomos ponta de lança na luta pelo impeachment de Bolsonaro e acionamos todas as ferramentas políticas e jurídicas à nossa disposição para frear a destruição bolsonarista.

Durante o ápice da pandemia da covid-19, nossa bancada foi protagonista na denúncia da política anti-científica e genocida do governo Bolsonaro, lutando por vacina e por condições dignas para as trabalhadoras e os trabalhadores da saúde. Também tivemos papel fundamental na conquista do auxílio emergencial de 600 reais para o povo que mais sentiu o impacto econômico da pandemia e foi conquista do PSOL a aprovação da dupla cota para mães solo. Neste período, junto com os movimentos sociais, nosso partido conquistou também a suspensão dos despejos durante a pandemia, uma decisão histórica do Supremo Tribunal Federal (STF).

Tivemos papel fundamental na denúncia do orçamento secreto, o maior esquema de corrupção da história do país, responsável por sustentar Bolsonaro na sua cadeira até as eleições. Fomos firmes na exigência

Apresentação

do fim desse absurdo saque ao dinheiro público tanto na disputa política na Câmara, como acionando o STF diante de tal inconstitucionalidade.

Em 2019, centramos nossos esforços em denunciar a criminoso reforma da Previdência que destruiu a aposentadoria no Brasil. Lutamos contra sua aprovação e demos voz às categorias de trabalhadores que se mobilizaram contra este ataque de Guedes e Bolsonaro. Apesar de aprovada a destruição da Previdência Social, conseguimos, junto a uma mobilização exemplar dos servidores públicos, barrar a proposta de reforma Administrativa, que visava acabar com o serviço público brasileiro.

Fomos a única bancada do Congresso Nacional com maioria feminina em sua composição. A luta feminista pelo avanço dos direitos das mulheres, contra a violência política de gênero e raça e para barrar o obscurantismo dos conservadores teve grande importância nessa legislatura pelas mãos das nossas deputadas.

Depois de muita luta, finalmente conseguimos colocar um ponto final neste governo de morte. A derrota eleitoral de Bolsonaro e a vitória de Lula são um marco na história do país e temos muito orgulho de fazer parte desta conquista. Seguiremos nos próximos anos, junto com novas companheiras e companheiros que se somam à nossa bancada e ao lado do povo mobilizado nas ruas batalhando para derrotar de vez a extrema-direita e seu projeto atroz.

Dezembro de 2022.

Combate ao Governo Bolsonaro

Chegamos ao último dos quatro anos da presidência de Jair Bolsonaro: sem dúvida alguma, o pior presidente da República. Sua gestão consistiu num ataque sem precedentes aos direitos do povo brasileiro. O Brasil enfrentou uma crise socioeconômica e sanitária sem precedentes na nossa história. A política genocida de Jair Bolsonaro é a responsável direta pela morte de mais de mais de 600 mil pessoas e por mais de 13 milhões de desempregados. Esse contexto demandou, por parte da assessoria do PSOL, respostas rápidas e criativas diante de uma conjuntura que se movimentava rapidamente.

Os impactos da crise são perversos e expõem, imediatamente, a profunda desigualdade de classes e racial no Brasil. Sem dúvidas, os impactos do ciclo recessivo têm como principais vítimas os trabalhadores, em especial mulheres e negras/os – que sofrem com maior taxa de desemprego, mais informalidade, menores salários e



menos condições no acesso à saúde. A tônica da nossa liderança foi reafirmar que a lógica da austeridade é concentradora de renda e poder, racista, machista e ambientalmente perversa.

Diante desse cenário, a atuação da bancada do PSOL centrou tanto na resistência, quanto na criação de alternativas para alterar esse quadro. A reação contra as medidas regressivas do governo, no Parlamento, passou pela proposição de medidas judiciais, representações, denúncias ao TCU, e projetos de decreto legislativos para sustar medidas e projetos de leis. A criação de alternativas consistiu, justamente, em apresentar nossas possibilidades no campo da segurança pública, educação, socioambiental, direitos humanos, economia e geração de emprego e renda, gênero, raça etc. Esses elementos, num contexto tão difícil para a democracia, podem apontar caminhos importantes para a tarefa de reconstrução de políticas públicas no nosso país.

É inegável o caráter de trabalho – militante e incessante – que marcou a atuação das Deputadas/os, de suas assessorias parlamentares e da Liderança do PSOL na Câmara para combater o Governo Bolsonaro – e o bolsonarismo. Mas a atuação do PSOL não se restringiu ao Legislativo: no Judiciário, fizemos trincheiras de luta, garantindo vitórias importantíssimas.

Um caso importante e emblemático é o da Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) 828, proposta no STF pelo PSOL, pelo MTST e por outros movimentos e entidades do campo e da cidade no início de 2021, na qual o ministro suspendeu até outubro de 2022, em sucessivas decisões referendadas pelo plenário, ordens de remoção e despejos de áreas coletivas

habitadas antes da pandemia. Seu objetivo era suspender os despejos rurais e urbanos no auge da Covid-19 e garantir o direito à moradia e dignidade das famílias: a ação do PSOL e dos movimentos sociais garantiu teto para centenas de milhares de brasileiras e brasileiros durante a fase mais aguda da pandemia, segundo dados da Campanha Despejo Zero.

Destaque-se ainda a ação do PSOL (ADPF nº 854) que questiona o orçamento secreto no Supremo e pode ser o principal instrumento para pôr fim à política fisiológica do Centrão que sequestra o orçamento público para interesses privados.

O PSOL teve atuação incansável em diversos âmbitos do Judiciário – seja no TCU, na MPF/PGR (com representações e pedidos de impeachment de Ministros), CNJ, além da Comissão de Ética e Decoro Parlamentar.

A catastrófica gestão de Bolsonaro – que provocou a morte de mais 690 mil brasileiros por covid-19, jogou mais de 33 milhões em insegurança alimentar, reduziu drasticamente o poder de compra do trabalhador – levou milhares de pessoas às ruas em centenas de cidades do país no em atos “Fora Bolsonaro”. A bancada do PSOL participou de dezenas de atos denunciando, ao lado da população, as atrocidades do governo. Os crimes cometidos por Bolsonaro também foram alvos de denúncias e pedidos de impeachment apresentados pela bancada do PSOL.

Não houve descanso. Nas ruas, no parlamento e nos tribunais, o PSOL esteve protagonizando a luta contra o conservadorismo e contra o obscurantismo: na linha de frente do combate contra o governo Bolsonaro.



Mulheres do PSOL em Defesa da Vida

Esta 56ª Legislatura é, sem dúvida alguma, uma virada da representação das mulheres do PSOL. Inicialmente, elegemos uma bancada paritária para a Câmara Federal e concluímos esse período como a primeira e única bancada com maioria de mulheres. A partir dessa nova realidade, tivemos rodízio de gênero na Liderança e demais espaços de protagonismo da Casa. Também lutamos permanentemente por justiça para Marielle Franco.

Em 1º de fevereiro de 2021, nos posicionamos na disputa da Presidência da Casa com a candidatura de Luiza Erundina. Ocupamos permanentemente a Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher, coordenamos a inédita Frente Feminista Antirracista, integramos as Mesas das Comissões de Cultura, Direitos Humanos e Legislação Participativa e fomos eleitas, por duas vezes, para a Coordenação e Procuradoria Adjuntas na Secretaria da Mulher, vencendo a disputa contra mulheres da extrema direita.

Diante de um governo fascista, marcado pela misoginia, destruição e retrocessos, a bancada feminina e feminista do PSOL conseguiu estar presente em cada trincheira de luta em que estavam em jogo os direitos de mulheres e meninas.

Desde o início de 2019, fomos linha de frente na fiscalização pari passu da gestão de Damares, Ernesto Araújo, Mandetta (Pazuello-Queiroga) que estiveram à frente de ministérios por onde passaram a maioria dos ataques aos direitos sexuais e reprodutivos e políticas para mulheres em geral.

Entre outras dezenas de requerimentos de convocação de ministro de Estado, o PSOL convocou Damares Alves para prestar esclarecimentos sobre incursões “antifeministas” do Ministério da Mulher, Família



e Direitos Humanos, bem como sobre as ações diretas da ministra e do alto escalão da pasta para impedir o direito ao aborto legal a crianças estupradas.

Ao Ministério da Saúde foram requeridas informações sobre a vedação do termo “violência obstétrica”, as demissões em massa de servidoras da área de saúde da mulher e as alterações na Caderneta da Gestante, que reproduz a violência obstétrica e aumenta a perseguição de mulheres que recorrem ao aborto

legal, além da convocação do ministro e do secretário de Atenção Básica. Aliás, junto da Frente Feminista Antirracista, o PSOL apresentou diversos projetos de decreto legislativo pra sustar atos do Ministério da Saúde que restringiam ou destruíam serviços de saúde da mulher e recorreu também ao Poder Judiciário.

Em relação às arbitrariedades do Itamaraty, o PSOL também foi implacável na denúncia da política de veto do Brasil, e consequente assédio ao corpo diplomático,

contra as expressões “direitos sexuais e reprodutivos” e “gênero” nos fóruns internacionais, bem como a famigerada Aliança Mundial Antiaborto, que posicionou nosso país, ao lado do governo Trump, às ditaduras do Hungria, Belarus, Paquistão, Emirados Árabes, Arábia Saudita, entre outros.

Além das denúncias na Câmara e pedidos de investigação ao Ministério Público, a bancada buscou também, mais de uma vez, o Alto Comissariado das Nações Unidas para Direitos Humanos a fim de denunciar as sistemáticas políticas e ações antigênero do governo Bolsonaro, como a baixíssima execução orçamentária e o abandono do combate à violência contra mulheres, o que é ainda mais grave no que se refere ao completo “apagão” das políticas para a população LGBTQIA+.

No que diz respeito à participação política das mulheres, já no começo da Legislatura, a bancada do PSOL impulsionou uma forte campanha, em diversas frentes, contra o “laranjal do PSL”, um grave esquema de corrupção eleitoral envolvendo violência política de gênero, um dos primeiros pivôs de crise interna no governo, que, mais adiante, culminou na demissão do ministro do Turismo, Marcelo Álvaro. Lutamos com muita firmeza e coerência, da Comissão de Constituição e Justiça à comissão especial, pela aprovação da Emenda Constitucional 117 que garante recursos para candidaturas femininas – mas não participamos de nenhum acordo “de cavalheiros” para anistiar os partidos que descumpriram a regra até então. Ao contrário, obstruímos toda e qualquer tentativa de subverter a pauta das mulheres e apresentamos projeto para paridade nas cadeiras das Casas Legislativas.

Vivemos um contexto em que o PSOL e suas parlamentares são o principal alvo da violência política no país. O combate a esta violência foi uma luta permanente! É do PSOL a iniciativa de um dos projetos (PL 5295/2020, de Talíria Petrone) que deu origem à Lei 14.192/2021, que caracteriza e estabelece normas para prevenir, reprimir e combater a violência política contra a mulher. Reivindicamos eleições seguras e pedimos iniciativas concretas de proteção e combate à violência política para órgãos como Supremo Tribunal Federal, Tribunal Superior Eleitoral, Ordem dos Advogados do Brasil, Conselho Nacional de Justiça, Procuradoria Geral da República, Procuradoria Eleitoral, presidências da Câmara e do Senado, presidências das Comissões de Direitos Humanos das duas Casas e também para a Organização das Nações Unidas e Organização dos Estados Americanos. Mesmo estando entre as principais vítimas desse tipo de violência, estivemos ao lado também das nossas estaduais e vereadoras, requerendo diligências e acompanhando as investigações. Acionado pela bancada do PSOL na Câmara, o Ministério Público abriu investigação sobre a violência política de gênero e ameaças sofridas pelas vereadoras Benny Briolly (Niterói-RJ) e Bruna Biondi (São Caetano do Sul-SP) e pelas deputadas estaduais Monica Seixas (SP) e Renata Souza (RJ).

Também fomos autoras de projeto de resolução que muda o Regimento da Casa para criar o Observatório Nacional da Mulher na Política e fizemos parte de uma rede nacional de mandatas do PSOL para propor em diversas Casas Legislativas a paridade de gênero nos conselhos de ética.



É de nossa autoria o PL 852/2019, de Sâmia Bomfim, que instituiu a Campanha Nacional Maria da Penha nas Escolas, resultando na Lei 14.164/2021, que cria a Semana Escolar de Combate à Violência contra a Mulher; o PL 2348/2021, de Vivi Reis, que prevê a criação de Delegacias da Mulher nos municípios com mais de 60 mil habitantes, aprovado em conjunto com o PL 781 que determina o funcionamento ininterrupto das delegacias especializadas; co-autoras do projeto que originou a Lei Mariana Ferrer nº 14.245/2021, que trata da violência institucional. Atuamos pela derrubada dos vetos de Bolsonaro ao Programa de Proteção e Promoção da Saúde Menstrual – Lei 14.214/2021 e à proposta que insere Nise da Silveira no Livro de Heróis e Heroínas da Pátria – Lei 14.401/2022.

Na pandemia da Covid-19, que atravessou metade desta Legislatura, o PSOL teve ainda mais destaque na defesa das mulheres em situação de vulnerabilidade. O marco inicial dessa atuação foi a aprovação da Lei 14.171/2020, de Fernanda Melchionna, que garantiu às mulheres provedoras de família monoparental a dupla cota do auxílio emergencial. Essa proposta foi parâmetro para a aprovação da Lei Aldir Blanc, nos mesmos termos para as trabalhadoras da Cultura, com forte e atenta atuação de Áurea Carolina.

Lutamos com as trabalhadoras domésticas, para evitar que a categoria fosse considerada “serviço essencial” na pandemia. Também foi de nossa autoria alguns dos projetos que estabeleciam medidas emergenciais de proteção à mulher vítima de violência doméstica durante a emergência sanitária. Garantimos prioridade na vacinação das grávidas, enquanto o

país registrava 70% de excesso de mortes maternas na fase mais crítica da pandemia; que deputadas de licença-maternidade não fossem consideradas faltosas; ampliação da licença maternidade para todas as trabalhadoras; criação de fraldários, berçários, salas de amamentação e creche nas dependências da Câmara; autorização a posse por videoconferência de mulheres eleitas que estejam em licença-maternidade; e instituição da semana da amamentação negra.

Entre dezenas de proposições pró igualdade de gênero, trouxemos ao debate projetos como o Estatuto da Parentalidade, de autoria de Sâmia Bomfim e Glauber Braga, a revogação da Lei da Alienação Parental, de Fernanda Melchionna, Sâmia Bomfim e Vivi Reis, e a aposentadoria por cuidados maternos ou trabalho de cuidados, de Talíria Petrone – este aprovado na Comissão da Mulher da Câmara.

Estivemos com as trabalhadoras da Caixa Econômica Federal, fortalecendo as denúncias de muitas mulheres contra o assédio moral e sexual patrocinado pelo alto escalão daquela empresa.

Para finalizar a 56ª Legislatura, a combativa bancada feminista do PSOL impediu na Comissão da Mulher, com participação em peso no colegiado, que Damares Alves recebesse a medalha Carlota Pereira Queiroz, outrora concedido a Marielle Franco (in memoriam). Na mesma Comissão, as deputadas protagonizaram, de forma coletiva e intensa, a resistência mais combativa ao chamado estatuto do nascituro, que é, na verdade, uma das formas mais violentas contra a dignidade da mulher e que criminaliza o aborto nos casos previstos em lei, como estupro.

Saúde e Pandemia

A 56ª Legislatura da Câmara foi atravessada por um desafio de proporções jamais vistas até então. O coronavírus é considerado por especialistas como a maior crise sanitária, econômica e social do mundo dentro dos marcos da globalização. A bancada do PSOL se posicionou de forma firme na defesa da ciência, da vida e do povo brasileiro, buscando barrar os retrocessos negacionistas impostos pelo presidente Jair Bolsonaro e por sua base parlamentar.

No dia 03 de fevereiro de 2020, por meio da Portaria nº188/GM/MS, foi declarada Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional (ESPIN) por Covid-19. Nesse cenário, no âmbito da saúde, a atuação do PSOL teve forte protagonismo na defesa da aplicação do isolamento social como principal medida de prevenção, incentivo às pesquisas das vacinas desenvolvidas pelos laboratórios nacionais do Instituto Butantã e Fiocruz e cobrança ao Ministério da Saúde pela compra de imunizantes.

Em 22 de abril de 2022 foi declarada o fim da epidemia por Covid-19 no Brasil pela Portaria nº913/MS. Tal medida foi criticada por cientistas e pesquisadores que acompanham o cenário epidemiológico no país com a justificativa de que seria uma atitude prematura por parte do Ministério da Saúde. A decisão de declarar o fim de emergência de saúde pública trouxe consequências diretas no âmbito do Poder Legislativo visto que a tendência da Câmara foi de declarar perda de objeto a projetos de lei que estavam atrelados a Portaria nº188/GM/MS.

Dentre as medidas apresentadas pelo PSOL, destaca-se o Plano Emergencial para combater a crise sanitária, projetos de extrema importância e que representam uma síntese da atuação parlamentar: o PL 1665/2020, de autoria do deputado Ivan Valente (SP) e bancada – Lei 14.297/2022, que garantiu direitos aos entregadores por aplicativo e responsabilização das empresas a pagarem seguro contra acidentes e por doença contagiosa para os entregadores; e o PL 1826/2020, de autoria da deputada Fernanda Melchionna (RS), mais bancada e outros parlamentares – e Lei 14.128/2021, que garantiu o pagamento de um salário mínimo mensal a dependentes de profissionais da saúde e auxiliares que morreram por causa da pandemia. Bolsonaro tentou impedir a vigência da proposta: vetou o projeto de lei aprovado pelo Congresso Nacional, mas o veto foi derrubado; e entrou no Supremo Tribunal Federal, alegando violação da competência privativa do chefe do Poder Executivo, o que foi negado.

Em tramitação na Câmara, estão o Projeto de Lei 3154/2020 para tornar obrigatória a inclusão de recortes de cor e raça em dados públicos nos casos de suspeita de contaminação, contaminados e falecidos, o PL 1000/2020 para criar o Plano Emergencial para enfrentamento às doenças contagiosas nas favelas e periferias e PL 5527/2020 que cria o Comitê Gestor Interinstitucional do Plano Nacional de Vacinação contra covid-19.



Piso da enfermagem

O piso salarial da enfermagem é uma reivindicação de 30 anos da categoria. Segundo dados do Conselho Federal de Enfermagem são mais de 2,7 milhões de profissionais no país. Após quatro anos de tramitação a Lei 14.434/2022 foi sancionada pelo Poder Executivo que definiu o piso salarial para enfermeiros, técnicos e auxiliares de enfermagem e parteiras. Além disso, foi promulgada a Emenda Constitucional 124/2022 para garantir a constitucionalidade da proposta. As deputadas Fernanda Melchionna (RS) e Talíria Petrone (RJ) integraram a Comissão Especial sobre o assunto.

No entanto, em setembro, o ministro Luís Roberto Barroso, do Supremo Tribunal Federal, suspendeu a lei a pedido da Confederação Nacional de Saúde, Hospitais e Estabelecimentos de Serviços (CNSaúde). O PSOL participa da ação como amicus curiae, a favor dos profissionais de saúde. No dia 22 de dezembro, uma vitória! Foi promulgada no Congresso Nacional a Emenda Constitucional 127 que viabiliza o pagamento do piso salarial.

Outros pisos da saúde

No Congresso Nacional, outras categorias das áreas de saúde e assistência social reivindicam a fixação de pisos salariais, como farmacêuticos (PL 1559/2021), fisioterapeutas e terapeutas ocupacionais (PL 1731/2021) psicólogos (PL 2079/2019) e assistentes sociais (PL 41/2021). Além disso, todas as categorias defendem a jornada de 30 horas semanais.

A bancada do PSOL continuará na próxima legislatura atuante e na luta em defesa dos trabalhadores da saúde e da assistência social, essenciais para a população brasileira.

PSOL na Luta Contra o Orçamento Secreto e Teto de Gastos

O Brasil entrou em um círculo destrutivo de austeridade fiscal, imoralidade orçamentária e ineficiência alocativa. Círculo iniciado em 2015 com a austeridade fiscal, aprofundado fortemente com o golpe e teto de gastos e levado ao extremo com Bolsonaro, Lira e Guedes.

O teto de gastos congelou os gastos públicos da União pelo prazo de vinte exercícios financeiros, ou seja, 20 anos. Como a população continua a crescer, isso significa uma redução, ano a ano, do orçamento para serviços públicos por pessoa. O pagamento da dívida pública para os mais ricos, porém, permanece intacto e fora do teto.

Na prática, o teto de gastos apenas cria dificuldades legais para o atendimento das necessidades mais básicas de funcionamento do Estado brasileiro, como atestam os cortes de orçamento dos diversos ministérios. Portanto, assenta as bases para privatizações e ataques à Previdência Social.

A austeridade visa atacar os direitos dos trabalhadores e destruir o que é público para garantir privatizações e avanço do mercado para esferas que na Constituição de 1988 optamos por serem públicas, universais e gratuitas. Porém, a austeridade era tão radical que em determinados momentos se tornava disfuncional. Exemplo disso são os furos no teto patrocinados por Bolsonaro visando as eleições.

Neste contexto, o Centrão viu que teria uma oportunidade de ganhar com a destruição e austeridade, trocando a aprovação de pequenos espaços fiscais fora do teto por 'favores'. Surgia o orçamento secreto. O Centrão, representado por Arthur Lira, passou a trocar furos no teto por emendas do orçamento.



O orçamento secreto institucionalizou a compra de votos dentro do Congresso Nacional. Ao contrário das emendas individuais, que seguem critérios e são divididas de forma equilibrada, nas emendas de relator (RP9) a destinação dos recursos é definida em acordos informais entre parlamentares aliados e o governo federal. O orçamento secreto é o maior escândalo de corrupção do governo Bolsonaro, responsável por consolidar sua base no Congresso com o Centrão. Também deu "superpoderes" para o presidente da Câmara, Arthur Lira.

O PSOL denunciou essa manobra desde o primeiro momento na Comissão Mista do Orçamento (CMO), em 2019, quando o mecanismo foi incorporado à Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2020. Desde então, o partido manteve uma posição contrária, oferecendo denúncias e representações aos mais diversos órgãos de fiscalização da coisa pública. Em maio de 2021, o deputado Ivan Valente (SP) solicitou abertura da CPI do "Tratoração". Em junho, o partido propôs a Ação de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) 854, que solicitou a imediata suspensão da execução das emendas de relator. Em setembro de 2022, apresentou aditamento à ADPF, solicitando a anulação de decretos do governo sobre o orçamento secreto e concessão de Medida Liminar para suspender a execução de emendas do relator até o término do processo eleitoral.

Em dezembro, um dos maiores esquemas de corrupção do governo Bolsonaro foi derrubado pelo Supremo Tribunal Federal, que considerou o orçamento secreto inconstitucional, por seis votos a cinco. A relatora, ministra Rosa Weber, entendeu a existência de violações à Constituição: não garantir a transparência na destinação de recursos, beneficiar um grupo restrito de parlamentares e abrir espaço para barganhas políticas.



A combinação do orçamento secreto com o teto de gastos destruiu investimentos sociais

O PSOL defende a imediata anulação do teto de gastos para que o Estado brasileiro volte a investir em infraestrutura e serviços públicos, melhorando a vida da população e estimulando a retomada do setor produtivo. Abaixo uma síntese da situação de algumas das principais áreas¹:

SAÚDE

Em 2023 a estimativa é de que a perda decorrente do teto seja de R\$ 22,7 bilhões, somando quase R\$ 60 bilhões desde a vigência do teto de gastos.

INVESTIMENTOS PÚBLICOS

Para termos uma ideia do absurdo, para investimentos públicos (orçamentos fiscal e da seguridade social) o orçamento de 2023 é o pior da história: R\$ 22,4 bilhões. Aliás, trata-se de praticamente metade do investimento público realizado por Bolsonaro neste ano, cuja dotação atual está em R\$ 44 bilhões, que já era o pior da história. Com 44 bi, Jair Bolsonaro deixou o “legado” de 14 mil obras públicas paralisadas em todo o país.

PESQUISA

O orçamento da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) para 2023 corresponde a 29% do volume de recursos previsto em 2015, no pico da série histórica de 2014 a 2023. Isto é, em 2015 a Capes tinha disponibilidade de R\$ 11,7 bilhões, mas em 2023 deve contar com apenas R\$ 3,3 bilhões.

UNIVERSIDADES FEDERAIS

No agregado das 69 universidades federais, houve uma perda de R\$ 13,6 bilhões na destinação de recursos em termos reais com relação ao pico da série histórica de 2014 a 2023.

Ainda no apagar das luzes deste ano, o governo realizou diversos cortes no orçamento para atender o teto de gastos em vigor, mas o orçamento secreto seguiu intacto. O bloqueio total do Orçamento da União está em R\$ 15,380 bilhões; os ministérios mais afetados são o de Desenvolvimento Regional, com R\$ 3,943 bilhões bloqueados; da Saúde, com R\$ 3,780 bilhões; e da Educação, com R\$ 2,368 bilhões.

O PSOL foi contra os cortes do orçamento que prejudicariam o funcionamento dos mais diversos órgãos públicos que prestam serviços essenciais à população, como o atendimento à saúde pública e a manutenção das atividades das universidades públicas. A bancada chegou a apresentar denúncia no Tribunal de Contas da União.

¹ Com base nos trabalhos do INESC, Resende e Dweck (2022) e Nota Técnica das Consultorias de Orçamento da Câmara e do Senado.

A Luta Contra a Agenda Neoliberal de Privatizações e Reformas da Previdência e Administrativa

A agenda econômica do governo Bolsonaro impôs à oposição no Parlamento um duplo desafio: diferente das demais violências perpetradas pelo governo, o programa econômico conduzido por Paulo Guedes, de caráter extremamente reacionário e altamente agressivo em relação ao nosso tecido social, contou com o apoio quase que irrestrito da grande mídia e, até mesmo, de setores considerados pelo senso comum como “progressistas”. Os ataques começaram logo nas primeiras semanas de governo, a começar pela ofensiva contra a Previdência Social, seguida pela tentativa de uma reforma administrativa e a constante ameaça contida nas privatizações.

A reforma da Previdência

Em 2019, foi apresentado ao Parlamento um conjunto de três propostas que o governo denominou de “Nova Previdência”: a PEC 06, que reformou a previdência do setor privado e do serviço público federal civil; o projeto de lei de reforma do Sistema de Proteção Social dos Militares (PL 1645) e a chamada Medida Provisória do pente-fino (MP 871).

A PEC 06, agora Emenda Constitucional 103, significou a redução dos benefícios previdenciários dos mais pobres, em alguns casos implicando perdas superiores a 40% dos rendimentos; elevação do tempo mínimo de contribuição e da idade mínima; redução do valor da pensão por morte em até 40% e enorme dificuldade de acesso à aposentadoria especial para os trabalhadores em condições de insalubridade. Da Comissão Especial participaram as deputadas Luiza Erundina (SP) e Sâmia Bomfim (SP) e o deputado Ivan Valente (SP).



Apesar dos retrocessos, a resistência popular reverberada pela oposição no Congresso Nacional conseguiu barrar os pontos mais agressivos da reforma, dentre os quais destacamos: a retirada do ataque ao Benefício de Prestação Continuada (BPC), o recuo do governo na ofensiva aos trabalhadores rurais, a eliminação da imposição do regime de capitalização de inspiração chilena, a supressão do dispositivo que elevava o tempo mínimo de contribuição de 15 para 20 anos no caso das mulheres e a continuidade do abono salarial para trabalhadores que ganham entre um e dois salários mínimos. Na Comissão Especial, destaque da bancada do PSOL impediu a extinção dos repasses do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) para o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), o que significaria, na prática, a eliminação do protagonismo do BNDES em prol dos bancos privados.

A reforma do Sistema de Proteção Social dos Militares provocou um racha nas Forças Armadas. Os militares de baixa patente, praças e graduados, diante de uma proposta que ampliava as desigualdades, contaram com o apoio dos parlamentares do PSOL durante a tramitação do projeto na Comissão Especial e acabaram por anunciar o rompimento com o governo Bolsonaro.

Já a MP 871, convertida na Lei 13.846, dificultou a concessão de benefícios previdenciários, como auxílio-doença, pensão por morte, auxílio-reclusão e para segurados especiais (trabalhadores rurais e pescadores artesanais).

A reforma administrativa

A Proposta de Emenda à Constituição 32 foi apresentada em 3 de setembro de 2020 como o objetivo de alterar diversas disposições constitucionais relativas aos servidores, empregados públicos e à organização administrativa. Vê-se, claramente, que foram utilizados dois eixos balizadores da proposta. O primeiro vetor é “eficientista” e pretende incorporar ao aparelho de Estado valores contemporâneos da ideologia neoliberal. O segundo vetor é “financeiro orçamentário” e utiliza o recorrente argumento de terrorismo fiscal. São evidentes os inúmeros pontos de incompatibilidade da PEC 32 com postulados e questões intangíveis da Constituição Federal.

Nas Comissões de Constituição e Justiça e Especial, a atuação do PSOL, representado pelas deputadas Fernanda Melchionna (RS) e Talíria Petrone (RJ) e pelos deputados Glauber Braga (RJ) e Ivan Valente (SP), contra a reforma administrativa foi árdua. A bancada usou todas as ferramentas legislativas para ten-

tar barrar ou, ao menos, minimizar os estragos; houve constante oposição e obstrução da matéria buscando zelar pelas cláusulas constitucionais pétreas, constitutivas de autêntica limitação ao poder de emenda à Constituição e garantia dos direitos sociais e do serviço público, inclusive, mediante a apresentação de voto em separado, justamente, objetivando rejeitar a Proposta. Em ambas as comissões, a PEC 32 foi aprovada. O substitutivo, tão danoso ao serviço público e aos servidores tal como o texto inicial, mantém propostas que abrem caminho para o fim dos concursos públicos, favorecerem o apadrinhamento político e desmantelam o serviço público.

A proposta de reforma administrativa está parada desde o ano passado – num ano eleitoral o governo federal, nem setores que defendem o fim do serviço público, se atreveram a mexer no texto. A bancada do PSOL continuará atenta contra qualquer tentativa de enfraquecimento do funcionalismo público.



Privatizações

Dentro da seara da coisa pública, as privatizações do governo federal provocam a deterioração do patrimônio nacional.

A Eletrobras é o mais recente exemplo de entrega do patrimônio público para o setor privado. Medida provisória aprovada em 2021, com voto contrário da bancada do PSOL, permitiu a venda de 60% das ações da empresa e hoje o governo federal é minoritário. O partido, em conjunto com outras legendas, chegou a protocolar uma Ação Direta de Inconstitucionalidade no STF para derrubar a proposta. Nesse cenário atual, os brasileiros pagam mais caro pela energia elétrica. Projeção da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) aponta que a tarifa deve aumentar, em média, 5,6% em 2023 – mais que a projeção do mercado para a inflação.

Os Correios e a Empresa Brasileira de Comunicação (EBC) são outros exemplos de empresas públicas que sofrem um forte lobby pra privatização. Somente a mobilização de trabalhadoras e trabalhadores somada à articulação de parlamentares comprometidos com o bem público podem impedir mais desmontes do patrimônio brasileiro.

Dignidade e Renda



Mesmo no contexto de profunda crise social dada pela combinação das políticas econômicas neoliberais com a continuidade dos efeitos da pandemia, a equipe econômica de Bolsonaro, liderada por Paulo Guedes e com apoio de boa parte do Parlamento e da grande mídia, aprofundou a agenda econômica de austeridade fiscal e de ataques aos direitos sociais que havia sido parcialmente flexibilizada em 2020. Com isso, tivemos nos últimos dois anos o aprofundamento da agenda de privatizações e cortes de gastos sociais que pioraram o já grave cenário de alto desemprego, inflação e fome.

Diante deste cenário, a bancada do PSOL atuou e se destacou em diversas frentes na área econômica, com ênfase na elaboração de proposições legislativas que apontam caminhos para a superação da crise, bem como a utilização tática de instrumentos institucionais de denúncia e obstrução jurídica para frear o conjunto de ataques perpetrados por Bolsonaro e seus sócios.

Nesta legislatura, a bancada do PSOL atuou fortemente na tentativa de amenizar e reverter as atrocidades cometidas pelo governo federal.

Aprovados

Na fase mais aguda da pandemia, em 2020, a bancada do PSOL propôs a emenda que garantiu no Congresso Nacional o duplo auxílio emergencial (R\$ 1.200) para as mulheres chefes de família.

A bancada é autora, com demais parlamentares da bancada de oposição, do Projeto de Lei 2508/2020, que prioriza a mulher como provedora para receber o auxílio emergencial destinado à família em que a guarda dos filhos ou dependentes seja exclusiva de um dos pais. Além da preferência às mulheres, todas que foram lesadas em seu direito e tiveram o auxílio subtraído, retido ou indevidamente recebido por outra pessoa podem ser atendidas no Disque 180 (configurada violência patrimonial nesses casos). Nesses casos, o auxílio recebido indevidamente deverá ser ressarcido pelos cofres públicos.



Em tramitação

A taxação das grandes fortunas é uma das bandeiras do PSOL desde a fundação do partido. A bancada na Câmara reapresenta em toda a legislatura o projeto de lei complementar para tributação dessas fortunas, como está prevista na Constituição de 1988, mas que nunca foi cumprida. Em 2019, o PSOL apresentou ação no Supremo Tribunal Federal em que pede o reconhecimento da omissão do Congresso Nacional. A taxação tem por objetivo a concretização dos objetivos fundamentais da República de construir uma sociedade livre, justa e solidária, erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais.

Nunca os preços dos combustíveis e gás de cozinha estiveram tão altos no país. A política de Preço de Paridade de Importação (PPI) deixa o Brasil refém da volatilidade do dólar e do mercado internacional. O projeto de lei apresentado pelo PSOL possibilita a redução dos preços da gasolina, diesel e gás de cozinha com base nos custos internos de produção da Petrobras, além de destinar recursos para pesquisa e infraestrutura para energias renováveis.

Em 2019, a bancada apresentou o PL 2378, que institui a política nacional de valorização real do salário mínimo, tendo como base de cálculo o reajuste pela variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) ou à variação do Índice de Preços ao Consumidor – Classe 1, a que for maior – nunca poderá ser inferior a 1%.

Em julho de 2020, o PSOL apresenta o Programa Renda Mínima Permanente (PL 3934/2020), destinado a garantir renda para família com rendimento familiar per capita de até meio salário mínimo – dando subsídio

ao debate do que veio a ser o Auxílio Emergencial.

Em meio a denúncias de cobranças de taxas e/ou dívidas no pagamento do Auxílio Emergencial, o PSOL protocola o PL 1671/2020, para proibir a cobrança de qualquer tipo de taxa ou dívidas, por instituições bancárias, sobre os créditos decorrentes dos depósitos da Renda Básica Emergencial.

Em março de 2020, assinado por Talíria Petrone (RJ), o PL 980/2020 cria o Programa de Renda Básica Emergencial para Trabalhadoras e Trabalhadores Domésticos e autônomos (RBETDA) – uma forma de combater e denunciar também a política federal de incluir a categoria, majoritariamente formada por mulheres negras e das periferias, como serviço essencial.

O PL 1000/2020, assinado por toda a bancada do PSOL e outros, cria o Plano Emergencial para Enfrentamento à Covid-19 nas favelas e periferias e assegura a garantia ao acesso à água e distribuição de kits com insumos básicos necessários à manutenção das condições de higiene e de saúde para prevenção do contágio e da disseminação do coronavírus.

Em abril de 2020, o PSOL apresentou o PL 1773/2020, que foi o condutor do debate para a suspensão do pagamento de mensalidades de Instituição de Ensino Superior Privada por estudante beneficiário de renda básica emergencial ou que tenha sofrido alteração econômica-financeira negativa, com efeitos durante a vigência do estado de calamidade pública ou, transcorrida sua vigência, enquanto durarem medidas de quarentena e restrições de atividades no contexto da pandemia do Covid-19.

Meio Ambiente e Pauta Indígena: Menos Transparência, Mais Truculência e Desregulação

O governo federal publicou, de 1º de janeiro de 2019 a 31 de julho de 2022, mais de 140 mil atos relativos às políticas ambiental e climática¹. A análise dos 2.189 atos mais relevantes dos últimos quatro anos mostrou que houve uma combinação de reformas institucionais, com redução da participação e da transparência, vazios normativos e desregulações estratégicas. A “passada da boiada” foi sentida desde a paralisação de mecanismos para o financiamento de uma agenda sustentável (Fundo Clima, Fundo Amazônia), passando pelos retrocessos em nossos compromissos climáticos (NDC), até em indicadores como explosão dos índices de desmatamento, recordes de queimadas e baixas taxas de pagamento de multas ambientais.



Mais que uma simples paralisação das políticas públicas, o governo tentou, deliberada e sistematicamente, desconstruir estruturas de ação, participação e controle social. O Decreto 9.759/2019, por exemplo, desfez colegiados fundamentais às diretrizes de transparência, representatividade de participação plena da sociedade civil. Já no primeiro ato da Presidência (Lei 13.844/2019), o Ministério do Meio Ambiente perdeu a agenda de água para o Ministério do Desenvolvimento Regional, e o Serviço Florestal Brasileiro, a gestão ambiental rural em territórios tradicionais, o fomento à produção agroextrativista da agricultura familiar camponesa, dos povos indígenas e dos povos e comunidades tradicionais foram transferidos para o Ministério da Agricultura. Outras agendas simplesmente desapareceram. O esvaziamento da pasta e cortes severos do orçamento prejudicaram o combate ao desmatamento, às mudanças climáticas e os instrumentos de comando e controle para defesa da questão ambiental, além de passar por cima da Constituição.

No Legislativo, os ataques à pauta foram igualmente presentes com a tramitação e aprovação de Projetos de Lei agora conhecidos como o “pacote da destruição”. Trata-se de propostas que facilitam a liberação de novos agrotóxicos, o licenciamento ambiental para obras de diferentes portes, promovem a grilagem de terras, alteram a demarcação de terras indígenas e muitas outras ações contra o meio ambiente e povos tradicionais.

¹ Disponível em: <https://www.politicaporinteiro.org/wp-content/uploads/2022/10/Relatorio-Reconstrucao.pdf>

A atuação do PSOL na pauta socioambiental foi de reação e resistência contra as medidas de retrocesso do governo. Houve trabalho durante toda a legislatura em frentes como: GT do Licenciamento Ambiental; GT de Mineração, Frente Parlamentar Ambientalista, Frente Parlamentar Mista em Defesa dos Direitos Indígenas, Frente Parlamentar de Povos e Comunidades Tradicionais, Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, Comissão de Constituição e Justiça e Cidadania, Comissão Externa para Acompanhar a Situação da População Yanomâmi na Região Waiká, Comissão Externa para Acompanhar a Investigação da Região do Vale do Javari, COP 26 e COP 27. Ainda na atuação jurídica, o PSOL apresentou ações que debatem a proteção da Amazônia e o enfrentamento das mudanças climáticas tais como a ADPF 760 e a ADO 59.

Em 15 de março de 2021, o ministro Alexandre de Moraes concedeu liminar, a pedido do PSOL, que parou o processo de concessão da Ferrogrão, cujo traçado passa por dentro de uma área de proteção ambiental, o Parque Nacional do Jamanxim, no Pará, cujos limites foram alterados pela Lei 13.452/2017, que resultou de uma MP inconstitucional. A Ferrogrão é uma ferrovia de 933km que vai ligar Mato Grosso ao Pará.

Um importante reconhecimento do trabalho da bancada ocorreu com a publicação do “ruralômetro²”, pesquisa que mediu a atuação parlamentar de 2019 a 2022 em temas como meio ambiente, indígenas e trabalhadores rurais. O PSOL ficou em primeiro lugar dentre os partidos que atuam em defesa da causa no

2 Disponível em: <https://ruralometro2022.reporterbrasil.org.br/>



Congresso Nacional, com destaque para a atuação das deputadas Áurea Carolina (MG) na luta contra os danos socioambientais da mineração e Vivi Reis (PA), muito atuante nas questões ligadas à região amazônica, relatora da Comissão Externa que acompanhou as investigações sobre os assassinatos do jornalista inglês Dom Philips e do biólogo Bruno Pereira, no Vale do Javari.

Essas execuções explicitaram a política anti-indígena de Bolsonaro. Acompanhamos, fiscalizamos e propusemos providências na região. Depois de oitivas, foram identificados os executores e o possível mandante, que posteriormente foram detidos. O relatório de Vivi Reis denunciou a ausência do Estado na região, crimes

ambientais, risco de morte de indigenistas e a necessidade de aprofundamento nas investigações. Por fim, recomendou-se a implementação de Plano Emergencial para Ações de Proteção Territorial no Vale do Javari e a instauração de uma CPI para aprofundamento no caso. Em uma legislatura extremamente atípica, o PSOL se destacou por ser uma bancada de combate ao anti-governo genocida que matou e estimulou a violência contra indígenas, consequentemente assolando a biodiversidade do Brasil, em especial a Amazônia.

No aspecto financeiro, o Presidente da República apresentou o PL (CN) Nº 40/2022 que em favor do Ministério da Justiça e Segurança Pública, propôs

crédito suplementar no valor de R\$ 231.734.617,00, porém cancelou o valor de R\$ 212.000 destinados a Funai. Votamos contra, especialmente pelo cancelamento dos já escassos recursos para demarcação e fiscalização de terras indígenas.

Juridicamente, defendemos o elo entre o indígena e a floresta. Dentre as representações no MPF, se destaca a relacionada ao Presidente da Funai, Sr. Marcelo Xavier, e ao Coordenador Regional da Funai de Barra do Garças, no Mato Grosso, Sr. Álvaro Peres. Em áudio, afirma-se que Marcelo estuda instruções normativas que permitem ao indígena o manejo florestal, a venda da madeira, e também o garimpo em terra indígena, graves violações constitucionais que tratam o garimpo ilegal e a extração de madeira com status de “atividade econômica legal”, evidenciando o modus operandi do governo. Em dezembro de 2022, o MPF abriu investigação contra o diretor da Funai e do Ibama, por terem publicado ato normativo que autoriza o garimpo e a exploração de madeira.

Por fim, colaboramos no PL n.1142/2020, que “dispõe sobre medidas urgentíssimas de apoio aos povos indígenas em razão do novo coronavírus”. Propomos medidas urgentes para que a doença não propagasse rapidamente entre os povos indígenas, que são excepcionalmente vulneráveis a doenças provenientes do contexto urbano, tendo em vista que seus costumes, crenças e tradições são totalmente diferentes em suas respectivas aldeias/comunidades. Assegurar esse direito básico à saúde, principalmente em caráter emergencial, foi uma grande conquista dos Povos Indígenas.

Direito à Moradia



O governo Jair Bolsonaro nunca teve preocupação com o direito à moradia. Em 2019, levantamento do Instituto de Estudos Socioeconômicos (Inesc) revelou que o contingenciamento do governo federal acertou em cheio a moradia: R\$ 212 milhões, o que representava mais de 90% em relação ao orçamento autorizado para o ano.

Na lei orçamentária de 2021, entre os vetos feitos pelo presidente, estava um corte de mais de 98% dos recursos destinados ao Fundo de Arrendamento Residencial (FAR), que financia as obras da faixa 1 do antigo Minha Casa, Minha Vida, hoje chamado de Casa Verde e Amarela. O orçamento inicialmente previsto pelo Congresso, de R\$ 1,540 bilhão, foi praticamente zerado, chegando a R\$ 27 milhões – uma redução de R\$ 1,513 bilhão ou 98,2%. O corte gigantesco aconteceu justamente na faixa do programa voltada às famílias de baixa renda, que ganham até R\$ 1,8 mil.

Esse foi o cenário enfrentado pela bancada do PSOL durante a maior parte do governo Bolsonaro: pandemia e crise econômica severa, somado ao descalço com a situação do déficit habitacional no país – e de políticas públicas para mitigar esse mal.

A vitória conseguida pelo PSOL, juntamente com o Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST) e a Campanha Despejo Zero, na Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental 828, relatada pelo ministro Luís Roberto Barroso, do Supremo Tribunal Federal (STF), foi fundamental, pois determinou a suspensão de ordens ou medidas de desocupação de áreas que já estavam habitadas antes de 20 de março de 2020, quando foi aprovado o estado de calamidade pública em razão da epidemia de Covid-19.

Vamos a um breve histórico: em junho de 2021, Barroso concedeu liminar para suspender por seis meses as desocupações. Em outubro, a Lei 14.216/2021, a Lei Despejo Zero, coassinada pela bancada do PSOL, suspendeu ordens de remoção e despejo até 31 de dezembro daquele ano, apenas para imóveis urbanos. No mesmo mês, ou seja, perto do fim do prazo de suspensão das desocupações, o ministro Barroso prorrogou o prazo até março de 2022 e incluiu os imóveis rurais. O STF formou maioria no Plenário Virtual para referendar a decisão do ministro pela suspensão de despejos e desocupações por ao menos mais três meses, até março de 2022, a contar da data fixada na Lei 14.216/2021. Em março, nova liminar estendeu o prazo até junho. Por maioria, o Plenário do Supremo referendou a medida liminar concedida. Por fim, os efeitos da liminar se estenderam até outubro de 2022. É inegável, portanto, a importância da ADPF 828 para que centenas de milhares de pessoas, país afora, tivessem um lar durante a fase mais dura de uma pandemia que vitimou mais de 600 mil brasileiras e brasileiros.

A luta, agora, é para retomar o orçamento para a habitação popular, destruído no mandato de Jair Bolsonaro, bem como fazer que o governo Lula faça da política pública para moradia de novo uma prioridade. É fundamental continuar a luta em prol dessa pauta tão importante, para que a frase “muita gente sem casa, muita casa sem gente” deixe de ser uma triste realidade no Brasil.



“Revogação” da Escalada Armamentista de Bolsonaro e Luta Antirracista Contra o Genocídio da População Negra

Jovens negros pobres são maioria entre as 408.605 pessoas negras assassinadas no Brasil na última década. De acordo com dados do Fórum Brasileiro de Segurança Pública, de cada 100 pessoas mortas no país em 2021, 78 eram negras. O Brasil não pode conviver com um cotidiano tão perverso com o povo negro. Não importa a categoria, a pessoa negra é a vítima preferencial: o homicídio contra pessoas brancas caiu 26,5% de 2020 para 2021, o homicídio contra pessoas negras aumentou 7,5% no mesmo período. Ainda em 2021, 84,1% dos mortos pelas polícias no Brasil eram negros. Entre policiais mortos, 67,7% eram negros. Se o cenário é violência de gênero, são as mulheres negras as principais (62%) vítimas de feminicídio no país.

A maior parte desses crimes foi cometida com uso de armas de fogo e não se pode negar a relação desse dado com o governo Bolsonaro. Em 2021, ao menos 76% das mais de 47 mil vítimas de homicídio no Brasil foram mortas com o uso desse tipo de aparato. Até novembro de 2021, o governo Bolsonaro havia registrado 460.351 novas armas e feito crescer o volume de importação em 33%, o equivalente a US\$ 52 milhões. Com incentivos normativos e tributários, vimos a indústria bélica nacional produzir seu primeiro fuzil comercial (T4, da Taurus) e a indústria estatal desenvolver seu próprio modelo (IA2, da IMBEL). Tudo isso relegando os sistemas de controle e fiscalização à decadência do tempo e à degradação normativa.



A hora é de repensarmos a ação do Estado, mais particularmente do aparato policial e jurídico, como forma de enfrentar essa questão que associa o racismo a um crescente armamento de parte da sociedade, para que, em um futuro próximo, tenhamos uma nação mais justa e igualitária em que as famílias, as mães e irmãos não tenham mais que chorar pela morte desses brasileiros e brasileiras.

Neste sentido, vale ressaltar que investigações policiais de quatro estados mostram a atuação de Caçadores, Atiradores e Colecionadores (CACs) no fornecimento de armas e munição para quadrilhas especializadas em roubos de grandes quantias – como ataques a agências bancárias e transportadoras de valores e assaltos, principalmente em cidades de pequeno e médio portes, uma modalidade conhecida como “Novo Cangaço”. Para o Fórum Brasileiro de Segurança Pública, a série de decretos do governo Bolsonaro sobre armas beneficiou o crime organizado.

Já há uma série de pesquisas e investigações que consolidam o conhecimento de que a maioria das armas apreendidas usadas em crimes no Brasil é de fabricação nacional, reforçando a fragilidade dos controles atualmente existentes e a importância de se investir em um uso mais intensivo de inteligência policial baseada em análise dos dados disponíveis e na melhor fiscalização da produção e comercialização de armas de fogo no Brasil.

É neste sentido, por entender que o governo Bolsonaro é responsável por um fidedigno vandalismo legal, que acarretou num verdadeiro descontrole na política de armas e munições do país, que a bancada do PSOL vem atuando de forma intransigente no Congresso Nacional e agora, junto ao governo eleito de Lula, para que retomemos o Estatuto do Desarmamento.

Ao todo, foram mais de 125 requerimentos de informações enviados ao governo Bolsonaro. Realizamos o mapeamento do lobby da indústria de armas e munições na Esplanada dos Ministérios e questionamos o Exército Brasileiro para constatar que, de fato, o governo Bolsonaro não sabe dizer a quantidade de armas em cada um dos estados brasileiros, o que constata uma verdadeira balbúrdia do descontrole de armas e munições. Sem esses dados, fica cada vez mais difícil a elaboração de políticas públicas eficazes de segurança pública no país.

A bancada do PSOL atuou pesado para que o excludente de ilicitude, uma verdadeira licença para matar, não fosse aprovado pela Câmara dos Deputados. No Plenário, denunciemos o populismo penal, que é um modelo que gera mais encarceramento, intensifica a seletividade do sistema penal, empobrece o debate criminal e, sobretudo, consolida a ideia de uma sociedade dividida entre “amigos” e “inimigos”, “homens de bem” e “criminosos”.

As deputadas e os deputados do PSOL também atuaram para denunciar os excessos cometidos pelo Estado. Seja no caso da Chacina do Jacarezinho, a segunda mais sangrenta do Rio de Janeiro, seja no massacre de Paraisópolis, em São Paulo, como na fatídica morte de Genivaldo de Jesus, que foi barbaramente torturado e morto no porta-malas de uma viatura da Polícia Rodoviária Federal, no estado do Sergipe. A bancada também foi instrumental na condução do controle externo acerca dos assassinatos do indigenista Bruno Pereira e do jornalista britânico Dom Philips, assim como na morte brutal do congolês Moïse Kabagambe, no Rio de Janeiro. Tanto no caso da Chacina do Jacarezinho, no Rio de Janeiro, quanto nas execuções de Dom e Bruno na região amazônica do Vale do Javari, a bancada solicitou a criação de comissões externas na Câmara dos Deputados para o acompanhamento das investigações.

Na esfera da Justiça, uma das propostas mais relevantes aprovadas por iniciativa do PSOL foi o chamado “juiz das garantias”, que será responsável exclusivamente por acompanhar o andamento do processo, sem poder participar do julgamento. Essa iniciativa,



que existe em outros países, separa o juiz que se envolve na investigação daquele que vai, efetivamente, aferir a existência ou qualidade da prova e da acusação, evitando assim possíveis abusos. Suspensa pelo Supremo Tribunal Federal, a implementação do juiz das garantias deve ser uma das prioridades da nova bancada que assumirá em 2023.

O ano de 2023 trará novos desafios para a bancada do PSOL na Câmara Federal. Devemos lutar para que, de uma vez por todas, o projeto de lei que põe fim aos chamados “autos de resistência” seja finalmente aprovado. Para que o Plano Nacional de Redução de



Homicídio de Jovens, já aprovado pelo Senado Federal, avance na Câmara. E para que as dezenas de decretos do descontrole de armas e munições editados por Bolsonaro sejam revogados.

Neste sentido, uma das principais contribuições do PSOL ao novo governo é o projeto “Revogaço”. O estudo, conduzido pela Fundação Lauro de Campos e Marielle Franco e pela Fundação Rosa Luxemburgo, dentre inúmeros temas, apresenta um diagnóstico sobre a necessidade de revogar uma série de atos normativos da era Bolsonaro responsáveis pelo atual descontrole de armas e munições no país.

A Luta Contra um Governo que Realizava um Desmonte na Educação Pública

A atuação da bancada do PSOL, ao longo da atual legislatura, foi fortemente marcada pela resistência ao projeto ideológico-político da extrema-direita, que tem na educação uma das principais vias de mobilização de sua base social, baseando-se nos eixos: 1) avanço da agenda fundamentalista, de defesa de uma concepção retrógrada de “família”; 2) ataque à universidade pública, vista como fonte indesejável de pensamento crítico; 3) incentivo à militarização da educação básica, no bojo de uma concepção autoritária e policalesca do processo educativo; e 4) desmonte do papel do Estado como indutor do desenvolvimento e garantidor de direitos, por meio da implementação da “agenda Guedes”. A pandemia de coronavírus ocupou parte dos esforços da bancada, voltados para a proteção das comunidades escolares e do conjunto da sociedade.

De Ricardo Vélez a Victor Godoy, todos os ministros da Educação nomeados por Bolsonaro foram objeto de convocação pela bancada do PSOL. Além disso, entre outras iniciativas, o partido denunciou Abraham Weintraub à Comissão de Ética da Presidência da República por conduta incompatível com o decoro e por conflito de interesses na nomeação de assessores, protocolou representação contra o então chefe do Ministério na Procuradoria Geral da República por veiculação de propaganda eivada de racismo e assinou pedido de impeachment do ministro encaminhado ao Supremo Tribunal Federal. Já o ministro Milton Ribeiro, junto aos pastores que compunham o “gabinete paralelo” no MEC, foi alvo de representações do partido à Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão/Ministério Público Federal e ao Tribunal de Contas da União.

Na defesa de princípios como a universalização do direito à educação, valorização dos educadores e exclusividade da aplicação de recursos públicos em escolas públicas, bem como da realização dos objetivos elencados no Plano Nacional de Educação (PNE), a bancada apresentou voto em separado à Comissão Especial da PEC 15/2015, propondo ampliar a participação da União no Fundeb de 10% para 40% (e não 23%, como foi acordado).



Ainda no primeiro ano da legislatura, a bancada apresentou os Projetos de Decreto Legislativo (PDL) 271, para sustar violação da autonomia universitária; o 643, para sustar o Programa Nacional das Escolas Cívico-Militares (Pecim); e o 722, para conter o avanço da privatização da educação infantil.

A realização do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) de maneira idônea, democrática e segura foi buscada por nossa bancada desde o início do período. Por meio de requerimentos de informação, PDLs e ofícios ao Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) e ao Ministério Público Federal (MPF), a bancada cobrou providências que garantissem a realização do certame em 2019, solicitou a suspensão do cronograma do Enem 2020 (em vista da pandemia) e solicitou informações sobre intervenções indevidas do governo federal no Inep e, mais especificamente, na elaboração das questões do Exame. Em resposta à representação da bancada do PSOL que denunciava a criação de um “tribunal ideológico” do Enem, o MPF expediu a Recomendação nº 02/2021/PFDC/MPF, para que o Inep “se abstenha de criar a Comissão de Revisão dos processos de Avaliação da Educação Básica – Avaliação de Itens”. O deputado Ivan Valente (SP) participou, em 2021, do Grupo de Trabalho composto por deputados e senadores para acompanhar a realização do Enem e a crise do Inep.



No âmbito da pandemia de Covid-19, uma das preocupações da bancada do PSOL foi a garantia de que o retorno às aulas se desse de modo seguro. Assim, apresentou contribuições ao PL 2149/2020, sobre a estratégia para o retorno às aulas no âmbito do enfrentamento da pandemia do coronavírus. A deputada Sâmia Bomfim (SP) presidiu a subcomissão para o retorno seguro às aulas, e a bancada combateu o absurdo PL 5595/2020, que transforma a educação em formato presencial em serviço “essencial” (para impedir a suspensão de aulas durante situações de calamidade e criminalizar o direito de greve dos docentes), bem como seu congênere, o PL 5594/2020, também proposto pela extrema-direita e seu apêndice liberal.

Para fortalecer o combate à pandemia, a bancada apresentou o PL 2162/2020, que autoriza, na vigência da pandemia de SARS-Cov-2, a contratação simplificada de médicos residentes no Brasil com diplomas expedidos no exterior, para o exercício de atividades médicas supervisionadas. Por meio do PL 3671/2021, a deputada Talíria Petrone (RJ) propôs a anistia das dívidas dos estudantes com o FIES, “em vista da pandemia de Covid-19 e de seus efeitos brutais para o rendimento das famílias”. A bancada ainda atuou em defesa da alteração da lei do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) – por meio da Lei nº 13.987/2020 – que permitiu a distribuição, em caráter excepcional, de gêneros alimentícios aos pais e responsáveis pelos estudantes da rede pública de educação básica.



No período em tela, o PSOL propôs audiências públicas para denunciar o desmonte da universidade pública, expor a situação da educação indígena e quilombola e debater a universalização das bibliotecas escolares, entre outros pontos.

A bancada foi ainda atuante no combate a um dos pilares da agenda ultraconservadora para a educação, que é a regulamentação da educação domiciliar ou homeschooling – lamentavelmente aprovada no plenário da Casa, em maio de 2022. Na ocasião, o deputado Glauber Braga (RJ) denunciou que um dos eixos da proposta é a captura de recursos públicos para a criação de um mercado privado de material didático.

Os constantes bloqueios de recursos às universidades e institutos federais realizados pelo governo Bolsonaro tentaram impedir o funcionamento pleno das instituições públicas. A educação básica e até a merenda escolar foram atingidas pelos cortes. Ao longo de quatro anos, o verdadeiro inimigo da educação estava dentro do Palácio do Planalto. Contra essas ações de destruição, estudantes e educadores foram para as ruas e realizaram manifestações em várias cidades do país. Acontecia o chamado #TsunamiDaEducação. Em todas as vezes, a bancada do PSOL denunciou essas ameaças aos mais diversos órgãos e lutou ao lado da educação.

O PSOL como Voz Ativa no Cenário Internacional

A guinada à direita da política externa de Bolsonaro não possui precedentes na história do Brasil. A catastrófica gestão de Ernesto Araújo no Ministério das Relações Exteriores apostou em uma estratégia de submissão incondicional aos EUA, inédita até mesmo durante a ditadura, acentuando as piores características da tradição diplomática brasileira e causando danos de longo prazo ao país. Atualmente, sob o comando de Carlos França, a política externa seguiu sem rumo, ao sabor da conveniência política do Centrão e da agenda reacionária bolsonarista. O deputado Eduardo Bolsonaro atuou muitas vezes como chanceler de facto e fez o que pôde como presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CREDN) para avançar a agenda bolsonarista. Por outro lado, a bancada do PSOL se consolidou com voz e presença internacional ativa e atuou incansavelmente na fiscalização e denúncia das ações do Poder Executivo neste âmbito, protocolando dezenas de Requerimentos de Informação, Projetos de Decreto Legislativo, representações e ações judiciais; promovendo declarações no Parlamento do Mercosul e participando de missões de observação eleitoral; articulando-se politicamente com parlamentares, partidos e movimentos ao redor do mundo; e submetendo diversas queixas internacionais contra Bolsonaro.

Na CREDN, a atuação do PSOL foi fundamental para fazer ministros comparecerem algumas vezes ao colegiado, realizar audiências públicas e aprovar moções importantes. Além disso, nossa bancada atuou na oposição a votações fundamentais, como no caso dos acordos firmados por Bolsonaro com Israel: a posição do PSOL foi decisiva para atrasar a aprovação dos



mesmos na Câmara e impôs derrotas políticas importantes a Eduardo Bolsonaro. O PSOL também foi essencial para qualificar o debate público e desacelerar a aprovação do Acordo de Salvaguardas Tecnológicas (AST) entre Brasil e EUA para uso da base de Alcântara. O AST não só fere a soberania nacional, como atenta

contra o direito de comunidades quilombolas, o que foi atestado graças a Requerimentos de Informação e a duas delegações lideradas pela deputada Áurea Carolina (MG) ao Maranhão. Áurea, juntamente Talíria Petrone (RJ), lançou a campanha online pelo direito à #ConsultaQuilombolaJá.

A atuação internacional do Brasil durante a pandemia de Covid-19 integrou a perversa estratégia anti-ciência de Bolsonaro, contribuindo à propagação deliberada do vírus com ataques a organismos multilaterais e países essenciais para a compra de vacinas e seus insumos. Em diversas ocasiões, a bancada do PSOL denunciou o governo federal à Organização Mundial da Saúde (OMS), a relatorias especiais da ONU, à Comissão Interamericana de Direitos Humanos e até mesmo ao Tribunal Penal Internacional pelas graves violações perpetradas no contexto da gestão genocida da pandemia. Fazendo frente à vergonhosa posição do Brasil contra a liberação de patentes para vacinas e insumos médicos essenciais, a bancada também participou ativamente de mobilizações internacionais nesse sentido, enviando, por exemplo, apelo direto à Organização Mundial do Comércio. Além disso, como parte de uma articulação internacional contra o crescimento desmedido dos lucros da Amazon durante a pandemia, o PSOL apresentou o Projeto de Lei PL 5585/2020, o qual visa instituir a tributação dos lucros extraordinários de empresas de grande porte em períodos de calamidade pública ou de altíssima taxa de desemprego.

Os retrocessos na agenda ambiental promoveram grande isolamento do Brasil nos fóruns internacionais e, nesse contexto, a bancada do PSOL teve voz internacional ativa, denunciando o Brasil à ONU e desmentindo os discursos de Bolsonaro naquele organismo. Em articulação inédita com a Progressista Internacional e a Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (APIB), a bancada organizou uma importante delegação internacional ao Brasil com o objetivo de denunciar a situação de desmonte das políticas ambientais e indígenas, marcadamente o projeto da Ferrogrão, o qual está atualmente suspenso graças a liminar conquistada por ação do PSOL junto ao Supremo Tribunal Federal. Ainda, na 26ª Conferência da ONU sobre Mudanças Climáticas (COP 26), em Glasgow (Reino Unido), a bancada esteve representada pela deputada Vivi Reis (PA), que participou de debates e articulações na Blue Zone, na Cúpula dos Povos, e no encontro da Global Legislators Organisation (GLOBE), dentre outros.



No caso dos acintosos ataques proferidos à memória e verdade em relação à ditadura por Jair Bolsonaro e Hamilton Mourão, a Corte Interamericana de Direitos Humanos acatou as denúncias dos parlamentares do PSOL, em conjunto com o Instituto Vladimir Herzog e o Núcleo de Preservação da Memória, como amici curiae, no caso Gomes Lund e outros, no qual o Brasil foi condenado. A bancada também foi bem sucedida em alertar a ONU sobre os retrocessos em relação às políticas de proteção a mulheres e meninas, os ataques ao aborto legal e à dignidade menstrual, o crescimento da violência política no país e as tentativas de criminalização dos movimentos sociais.

No Parlamento do Mercosul, o Parlasul, a bancada do PSOL se fez presente através da deputadas Fernanda Melchionna (RS) e Sâmia Bomfim (SP) e do deputado Glauber Braga (RJ), com importante papel na defesa da democracia. Destaque para a vinda ao Brasil de Miguel Urbán, deputado do partido Anticapitalista da Espanha, que, juntamente com as e os parlamentares, trataram do fim da impunidade de empresas transnacionais por violação dos direitos humanos. Em Genebra, Fernanda Melchionna entregou estas e outras denúncias em mãos, juntamente ao relatório final da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da Covid-19 do Senado Federal, aos relatores especiais da ONU e ao Alto Comissariado da ONU para os Direitos Humanos.

Cumprir ressaltar que as e os parlamentares do PSOL atuaram de modo incansável em defesa das e dos migrantes. Dentre outras medidas, ressaltar-se que a bancada pressionou por visto humanitário e devida acolhida a pessoas refugiadas do Afeganistão e que apresentou, em coordenação com organizações de direitos humanos e movimentos de migrantes no Brasil, o Projeto de Lei 2699/2020, que objetiva promover a regularização migratória emergencial no contexto da crise sanitária e sócioeconômica que assola o país. Além disso, o PSOL também realizou gestão ativa junto ao Itamaraty em defesa da repatriação de pessoas brasileiras no exterior prejudicadas pelas restrições decorrentes da pandemia e pela guerra entre Rússia e Ucrânia.

Eventos, Seminários e Sessões Solenes

A bancada do PSOL promoveu a cultura, o debate e a diversidade durante a 56ª Legislatura na Câmara Federal.

SEMINÁRIOS

LGBTQIA+ DO CONGRESSO NACIONAL

Espaço de amplo debate sobre a resistência e diversidade da comunidade no Brasil e no mundo, numa contínua luta por direitos, com discussões passando pela conjuntura política, educação, trabalho e renda, saúde e bem-estar, combate às violências e cultura. Realizado tradicionalmente no mês de junho, com exceção do ano de 2020, quando aconteceu em dezembro

CENTENÁRIO DE PAULO FREIRE

O legado do patrono da educação brasileira foi tema de seminário, proposto pelo mandato de Luiza Erundina e bancada do PSOL e promovido pelas Comissões de Legislação Participativa, Direitos Humanos e Minorias, de Cultura e de Educação, em 20 de setembro de 2021. Uma exposição com o mesmo título foi realizada no Espaço Mário Covas.

30 ANOS DA POLÍTICA DE REDUÇÃO DE DANOS

No dia 18 de maio se celebra o Dia da Luta Antimanicomial. A data foi instituída através da luta de profissionais da saúde mental que são contra o tratamento desumano e cruel aos usuários da saúde mental. Em memória a essa história de luta, lançamos uma publicação que resultou do seminário “30 anos da Política de Redução de Danos”, realizado em novembro de 2019.



CENTENÁRIO DE DOM EVARISTO ARNS

O arcebispo de São Paulo de novembro de 1970 a novembro de 1998 foi lembrado em audiência pública na Comissão de Legislação Participativa, homenagem feita pelo mandato de Luiza Erundina e bancada do PSOL. Em setembro de 2021.

SEMINÁRIO MULHERES INDÍGENAS E DIREITOS SOCIAIS

Realizado após a primeira Marcha das Mulheres Indígenas, reuniu mais de 100 representantes estaduais para debater a atuação das mulheres indígenas na garantia de direitos. Em agosto de 2019.

SESSÕES SOLENES

HOMENAGEM

Vereadora do PSOL/RJ Marielle Franco e ao motorista Anderson da Silva, assassinados em atentado político na noite de 14 de março de 2018. Foram realizadas quatro sessões. E a pergunta ainda persiste: Quem mandou matar Marielle?

O DIA INTERNACIONAL DO DIREITO À VERDADE

Foi lembrado anualmente no plenário da Câmara com referência histórica às grandes violações aos direitos humanos, principalmente, no período da ditadura militar no Brasil.

DIA NACIONAL DA CONSCIÊNCIA NEGRA

Comemorado em 20 de novembro, instituído oficialmente pela Lei 12.519/11 com o objetivo de homenagear o Herói da Liberdade, Zumbi dos Palmares, que se tornou o mártir contra a Escravidão no Brasil. Foi realizada em 2019, 2021 e 2022.

HOMENAGEM AOS POVOS INDÍGENAS

Em abril de 2022.

SEMANA BRASILEIRA DE ENFERMAGEM

Em maio de 2022.

DIA NACIONAL DA LUTA ANTIMANICOMIAL

Em maio de 2022.

DIA DOS DEFENSORES E DEFENSORAS PÚBLICAS

Sessão conjunta no plenário do Senado Federal, em maio de 2022.

DIA MUNDIAL DO MEIO AMBIENTE E HOMENAGEM AOS DEFENSORES SOCIOAMBIENTAIS

Com entrega de placas de homenagem no Salão Nobre, em junho de 2022.

DIA INTERNACIONAL DE SOLIDARIEDADE AO POVO PALESTINO

Em 29 de novembro de 2022.

60 ANOS DA REGULAMENTAÇÃO DA PROFISSÃO DE BIBLIOTECÁRIA E BIBLIOTECÁRIO

Em 29 de novembro de 2022.

DIA INTERNACIONAL DOS DIREITOS HUMANOS

Em 15 de dezembro de 2022.

PRÊMIOS E MEDALHAS INDICADOS PELA BANCADA DO PSOL

DIPLOMA BERTHA LUTZ

Homenageada a vereadora Marielle Franco (post mortem), representada por Mônica Benício, em 2019.

DIPLOMA CARLOTA PEREIRA DE QUEIRÓS

Contempla mulheres que tenham contribuído para o pleno exercício da cidadania, na defesa dos direitos da mulher e em questões do gênero no Brasil, para a ativista dos direitos da mulher. Homenageada a assistente social Muna Zeyn, através da deputada Luiza Erundina, que após votação na Comissão da Mulher, sagrou-se contemplada.

MEDALHA DO MÉRITO LEGISLATIVO

É o reconhecimento destinado a pessoas e entidades que prestaram serviços relevantes ao Poder Legislativo ou ao Brasil. A bancada do PSOL homenageou Glenn Greenwald, jornalista, escritor, advogado e editor-chefe do site The Intercept, em 2019; Sebastião Ribeiro Salgado, fotógrafo, em 2021; e Bruno Araújo Pereira (post mortem), indigenista assassinado por sua luta em defesa da Amazônia e dos povos indígenas, em 2022.

ILUMINAÇÕES E PROJEÇÕES NO PALÁCIO DO CONGRESSO NACIONAL

OUTUBRO ROSA.

Iluminação na cor rosa, em razão do mês de Conscientização ao Câncer de Mama.

NOVEMBRO NEGRO.

Iluminação nas cores vermelho, amarelo e verde, cores do movimento negro, em razão do Dia da Consciência Negra. Em 2022, o presidente da Câmara, dep. Arthur Lira, censurou a projeção de frases que remetiam à luta da população negra brasileira, dentre elas, a frase “Viva Marielle Franco!”.

DEZEMBRO VERMELHO.

Iluminação na cor vermelha, em razão do Dia Mundial de Conscientização, Prevenção e Combate à Aids, em cumprimento à Lei nº 13.504/2017.

DIA INTERNACIONAL DO ORGULHO LGBTQIAPN+.

Realizada pela primeira vez no ano de 2020, a projeção já se tornou um símbolo de ocupação simbólica da comunidade LGBTQIAPN+ brasileira no Parlamento.

DIA INTERNACIONAL DA MULHER.

Iluminação na cor lilás, em razão do Dia Internacional da Mulher.



DIA INTERNACIONAL DA MULHER NEGRA LATINO-AMERICANA E CARIBENHA.

Projeção de 60 rostos de mulheres negras brasileiras em homenagem ao Dia Internacional da Mulher Negra Latino-americana e Caribenha, comemorado no dia 25 de julho. Em julho de 2020.

DIA DA VISIBILIDADE TRANS.

Projeção das cores rosa, azul e branco, em razão do Dia da Visibilidade Trans, celebrado anualmente em 29 de janeiro. Em janeiro de 2021.

EVENTOS

EXIBIÇÃO DO FILME

“MARIGHELLA – O GUERRILHEIRO QUE INCENDIOU O MUNDO”.

O longa conta a história do político, escritor e guerrilheiro Carlos Marighella, que lutou contra a ditadura militar e foi morto por agentes do regime em 1969, em São Paulo. A exibição do filme foi proposta pelo deputado Glauber Braga. Em dezembro de 2021.

CAFÉ COM LUTAS.

O PSOL na Câmara organizou, ao longo desta legislatura, encontros com movimentos sociais e ativistas de várias áreas para aproximar ainda mais os mandatos das demandas populares. O objetivo é estabelecer uma troca de ideias e buscar concretizar no Parlamento as propostas trazidas pelos movimentos. Entre os assuntos debatidos: Combate à tortura e violência do Estado, Comunicadores e mídia progressista, desmonte das políticas públicas, Educação, Luta por terra e territórios, Lutas negras pela democracia, Maternidades Plenas, Meio ambiente, Política de guerra às drogas, Reforma administrativa, Saúde mental, Segurança pública.

A atuação parlamentar da bancada do PSOL na 56ª Legislatura em números.

DESTAQUES

Projetos de Lei:

302

Requerimentos:

1.406



Áurea Carolina
Minas Gerais

1. PL 3905/2021

Estabelece o marco regulatório do fomento à cultura;

2. PL 5885/2019

Dispõe sobre o enfrentamento ao racismo institucional;

3. PL 2945/2021

Dispõe sobre medidas de proteção complementar às pessoas que vivem no entorno de empreendimentos minerários a partir da vedação de exploração mineral em áreas nas quais tenha havido deslocamento forçado de pessoas devido a suposto ou efetivo risco de acidente ou desastre causado por extravasamento ou rompimento iminente ou consumado de barragem de rejeitos e/ou água. (PL de enfrentamento ao terror de barragens).



Fernanda Melchionna
Rio Grande do Sul

1. PL 1826/2020

Garante indenização para os trabalhadores da saúde vitimados pela covid-19;

2. PL 2508/2020

Prioriza o auxílio emergencial para mulheres chefes de família;

3. PEC 96/2019

Proíbe cortes e contingenciamentos nos orçamentos da educação.



Glauber Braga
Rio de Janeiro

1. PL 1974/2021

Institui o Estatuto da Parentalidade, concedendo benefício de salário e licença de 180 dias para cuidados com a criança dependente, incluindo casos de adoção;

2. PL 1694/2020

Garante o funcionamento de serviços que atendem a população em situação de rua em contextos de pandemias e endemias que exijam isolamento temporário;

3. PL 5491/2019

Institui o Fundo Nacional de Garantia do Emprego para assegurar o pleno emprego com estabilidade de preços e redução de desigualdades sociais e regionais e desenvolvimento econômico, social e ambiental.



Ivan Valente
São Paulo

1. PL 1624/2022

Estabelece critério de meio salário mínimo de renda familiar per capita para acesso ao Benefício de Prestação Continuada (BPC);

2. PL 3792/2021

Dispõe sobre registro, posse e comercialização de armas de fogo e munição, sobre o Sistema Nacional de Armas – Sinarm, define crimes para ampliar a competência do Sinarm;

3. PL 6134/2019 -

Acrescenta dispositivos à Lei nº 9.394, de 1996, de diretrizes e bases da educação nacional, para dispor sobre a gestão de escolas de educação básica e para vedar a exigência de regras de apresentação pessoal e de comportamento de caráter discriminatório para o acesso ao ambiente escolar.

Projetos de
Decreto Legislativo:

168

Requerimentos
de Informação:

758

Propostas de Emenda
à Constituição:

5



**Luiza
Erundina**
São Paulo

1. PL 3184/2020

Dispõe sobre proteção, apoio psicológico e compensação financeira a ser paga pela União aos agentes sepultadores durante o período de emergência de saúde pública de importância nacional decorrente da disseminação do novo coronavírus (SARS-CoV-2), alterando a Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020;

2. PL 3746/2020

Altera a Lei nº 10.836, de 9 de janeiro de 2004, para dispor sobre a ampliação do Cadastro Único – CadÚnico do governo federal;

3. PL 2726/2022

Institui a Política Nacional de Convivência Sociocultural e Economia Solidária (PNCS).



**Sâmia
Bomfim**
São Paulo

1. PL 3842/2021

Institui pensão especial por sequelas decorrentes de infecção pela coronavírus e efeitos da covid-19, bem como nos casos de sujeição a tratamento médico comprovadamente ineficaz;

2. PL 818/2019

Altera o Código Eleitoral para reservar 50% das vagas no Legislativo, com o fim de garantir a paridade de sexo na representação parlamentar;

3. PL 516/2022:

Institui a Política Nacional de Promoção de Parto Humanizado, Digno e Respeitoso.



**Talíria
Petrone**
Rio de
Janeiro

1. PL 2757/2021

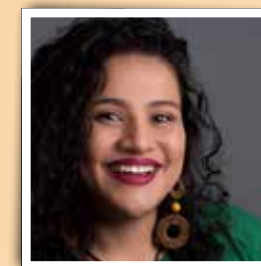
Cria a aposentadoria por cuidados maternos, assegurada a mulheres com 60 anos de idade ou mais que não completaram o tempo necessário de atuação no mercado para se aposentar devido a maternidade;

2. PL 945/2021

Proíbe o reconhecimento fotográfico como única prova para justificar uma prisão ou condenação;

3. PL 83/2022

Prevê o auxílio emergencial para pessoas que tenham suas atividades prejudicadas por secas e enchentes.



**Vivi
Reis**
Pará

1. PL 4346/2021

Estabelece as Diretrizes Nacionais de Promoção e Defesa dos Direitos Humanos dos Profissionais de Segurança Pública;

2. PL 2348/2021

Dispõe sobre a criação de Delegacias Especializadas em Atendimento à Mulher, nos municípios com mais de sessenta mil habitantes. Aprovado em plenário em 30/11/2022;

3. PL 4032/2021

Reforça o sistema de proteção à dignidade da pessoa humana por meio da proibição de nomeação para os cargos públicos em comissão, quando a condenação decorrer dos crimes elencados na Lei nº 7.716, de 1989, que define os crimes resultantes de preconceito de raça ou de cor.

Bancada do PSOL 2023 - 2026



**Célia
Xacriabá**
Minas Gerais

**Chico
Alencar**
Rio de
Janeiro

**Erika
Hilton**
São Paulo

**Fernanda
Melchionna**
Rio Grande
do Sul

**Glauber
Braga**
Rio de
Janeiro

**Guilherme
Boulos**
São Paulo

**Luiza
Erundina**
São Paulo

**Pastor
Henrique
Vieira**
Rio de
Janeiro

**Sâmia
Bomfim**
São Paulo

**Sônia
Guajajara**
São Paulo

**Talíria
Petrone**
Rio de
Janeiro

**Tarcísio
Motta**
Rio de
Janeiro

Suplentes:

**Ivan
Valente**
São Paulo

**Luciene
Cavalcante**
São Paulo





**PSOL NA
CÂMARA**